



METODOLOGIAS UTILIZADAS PELOS PSICANALISTAS BRASILEIROS NO TRABALHO COM OS APENADOS

METODOLOGÍAS UTILIZADAS POR LOS PSICOANALISTAS BRASILEÑOS EN
SU TRABAJO CON PRESOS

METHODOLOGIES USED BY BRAZILIAN PSYCHOANALYSTS IN THEIR WORK
WITH PRISONERS

Talita Martins Ferreira¹
Magali Milene Silva²

RESUMO: Uma breve análise da situação do sistema carcerário brasileiro da contemporaneidade demonstrou que os presídios, em sua maioria, encontram-se repletos de problemas, advindos, principalmente, da superlotação. É diante desse cenário que o presente estudo se dispôs a entender quais são as metodologias utilizadas pelos psicanalistas no trabalho com os apenados, buscando, assim, refletir qual o papel da Psicanálise diante de um quadro bastante problemático. A contribuição da Psicanálise ao estudo do homem em sua relação com o crime não é recente. Freud apontou um fato interessante: alguns atos relacionados às ações proibidas, em sua execução, acarretavam um alívio por que os infratores já sofriam um opressivo sentimento de culpa, com origem desconhecida. Dessa forma, ao praticarem uma ação má, essa opressão se atenuava, pois, então, a culpa podia ser justificada. Já Lacan discorre sobre a dimensão da responsabilidade como paradigma no tratamento do criminoso. A responsabilidade implica uma relação com a causa do seu ato, ou seja, qual ponto da subjetividade foi tocado e produziu esse ato. A clínica psicanalítica não é específica para cada contexto de atuação. No entanto, pergunta-se como os psicanalistas contemporâneos trabalham com a Psicanálise no contexto prisional, levando em conta a singularidade desse espaço de escuta. Como resultados, verificou-se que as práticas utilizadas pelos psicanalistas foram: Conversação, Observação, Narrativa Interativa, Atendimento Psicológico Individual, Leitura como Revivência e Entrevistas Semiestruturadas. A clínica psicanalítica tem como única regra a associação livre de ideias. A partir dela, é aberta a diversas formas de trabalho, que podem ser inventadas por cada analista. Entretanto, existem recomendações relevantes para se falar de uma metodologia propriamente psicanalítica. A pesquisa discute essas questões e aponta a importância de publicações sobre a escuta analítica em diferentes contextos.

PALAVRAS-CHAVE: Psicanálise; Apenados; Metodologias; Presídios; Pesquisa.

RESUMEN: Un breve análisis de la situación del sistema penitenciario brasileño contemporáneo ha demostrado que la gran mayoría de las prisiones están llenas de problemas, principalmente debido al hacinamiento. Es en este contexto que este estudio se propuso comprender las metodologías utilizadas por los psicoanalistas en su trabajo con los presos, buscando así reflexionar sobre el papel del psicoanálisis frente a una situación tan problemática. La contribución del psicoanálisis al estudio del hombre en su relación con el crimen no es nueva. Freud señaló un hecho interesante: algunos actos relacionados con acciones prohibidas, en su ejecución, traían alivio, porque los delincuentes ya sufrían de un sentimiento opresivo de culpa, con un origen desconocido, por lo que al hacer una mala acción, esta opresión disminuía, porque entonces la culpa podía ser justificada. Lacan, por otro lado, discute la dimensión de la responsabilidad como paradigma en el tratamiento de los criminales. La responsabilidad implica una relación con la causa del acto, o sea, qué punto de la subjetividad fue tocado y produjo el acto. La clínica psicoanalítica no es específica de cada contexto en el que opera, pero la cuestión es cómo los psicoanalistas contemporáneos trabajan con el psicoanálisis en el contexto carcelario, teniendo en cuenta la singularidad de este espacio de escucha. Los resultados mostraron que las prácticas utilizadas por los psicoanalistas fueron: Conversación, Observación, Narrativa Interactiva, Atención Psicológica Individual, Lectura como Reviviscencia y Entrevistas Semiestruturadas. La única regla de la clínica psicoanalítica es la libre asociación de ideas y a partir de ahí está abierta a diversas formas de trabajo, que pueden ser inventadas por cada analista, sin embargo, existen recomendaciones relevantes para hablar de una metodología propriamente psicanalítica. La

¹ Discente do Curso de Psicologia da Universidade Federal de São João Del Rei (UFSJ). E-mail: talitaferreiraifmg@gmail.com

² Doutora pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Pesquisadora do Núcleo de Pesquisa e Extensão em Psicanálise do Departamento de Psicologia da UFSJ (NUPEP-DPSIC-UFSJ). Professora do Departamento de Psicologia da UFSJ. Editora da Revista Analytica de Psicanálise. E-mail: magalimilene@ufsj.edu.br

investigación discute estas cuestiones y señala la importancia de las publicaciones sobre la escucha analítica en diferentes contextos.

PALABRAS CLAVE: Psicoanálisis; Reclusos; Metodologías; Prisiones; Investigación.

ABSTRACT: A brief analysis of the situation in Brazil's contemporary prison system has shown that the vast majority of prisons are full of problems, mainly due to overcrowding. It is against this backdrop that this study set out to understand the methodologies used by psychoanalysts in their work with inmates, thus seeking to reflect on the role of psychoanalysis in the face of such a problematic situation. The contribution of psychoanalysis to the study of man in his relationship with crime is not new. Freud pointed out an interesting fact: some acts related to forbidden actions, in their execution, brought relief, because the offenders already suffered from an oppressive feeling of guilt, with an unknown origin, so by practicing a bad action, this oppression was attenuated, because then the guilt could be justified. Lacan, on the other hand, discusses the dimension of responsibility as a paradigm in the treatment of criminals. Responsibility implies a relationship with the cause of the act, in other words, which point of subjectivity was touched and produced the act. The psychoanalytic clinic is not specific to each context in which it operates; however, the question is how contemporary psychoanalysts work with psychoanalysis in the prison context, taking into account the singularity of this listening space. The results showed that the practices used by psychoanalysts were: Conversation, Observation, Interactive Narrative, Individual Psychological Care, Reading as Revival and Semi-structured Interviews. The only rule of the psychoanalytic clinic is the free association of ideas, and from there it is open to different ways of working, which can be invented by each analyst, however, there are relevant recommendations for talking about a properly psychoanalytic methodology. The research discusses these issues and points to the importance of publications on analytical listening in different contexts.

KEYWORDS: Psychoanalysis; Inmates; Methodologies; Prisons; Research.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo é fruto de uma pesquisa de iniciação científica realizada com o objetivo de dar suporte teórico para o projeto de extensão Outro Papo da Universidade Federal de São João del-Rei, o qual, por sua vez, visava a levar a escuta psicanalítica para uma unidade prisional.

Primeiramente, foi feita uma breve análise da situação do sistema carcerário brasileiro, a qual demonstrou que, na contemporaneidade, os presídios, em sua maioria, encontram-se superlotados, o que, indispensavelmente, gera problemas de violência, maus-tratos, higiene e atendimentos médico e psicológico, proporcionando um ambiente degradante e desumano ao preso. Nesse sentido, Virgínia Camargo (2006, p. 574) aponta:

As prisões encontram-se abarrotadas, não fornecendo ao preso a sua devida dignidade. Devido à superlotação muitos dormem no chão de suas celas, às vezes no banheiro, próximo a buraco de esgoto. Nos estabelecimentos mais lotados, onde não existe nem lugar no chão, presos dormem amarrados às grades das celas ou pendurados em rede.

Mirabete (2008, p. 89), ainda, complementa:

A falência de nosso sistema carcerário tem sido apontada, acertadamente, como uma das maiores mazelas do modelo repressivo brasileiro, que, hipocritamente, envia condenados para penitenciárias, com a apregoada finalidade de reabilitá-lo ao convívio social, mas já sabendo que, ao retornar à sociedade, esse indivíduo estará mais

despreparado, desambientado, insensível e, provavelmente, com maior desenvoltura para a prática de outros crimes, até mais violentos em relação ao que o conduziu ao cárcere.

Diante desse contexto, a Psicanálise propõe que o mal-estar presente dentro das instituições deve ser escutado e colocado a trabalho, para que novas possibilidades de manejo possam ser criadas por cada um e coletivamente. Nesse viés, o presente estudo se dispôs a conhecer quais são as metodologias utilizadas pelos psicanalistas no trabalho com os apenados com a intenção de reunir práticas, que possam servir de ponto de partida para outros trabalhos realizados em instituições prisionais.

É válido ressaltar que o estudo da relação do homem com o crime sempre foi de interesse da teoria psicanalítica. Freud (1913/1974), em seu mito *Totem e Tabu*, descreve que a civilização teria sido formada a partir de um assassinato primordial, no qual irmãos se reuniram para matar um pai tirano, o qual impedia que eles tivessem acesso às mulheres. Após a morte do pai, os filhos tomam conhecimento de que eles possuem força para fazer qualquer coisa e que todos são possíveis tiranos. Logo, é necessária uma lei, que organize a comunidade. A civilização do ponto de vista freudiano se organizou diante de um crime. Esse fato deve ser levado em consideração no trabalho com aqueles, que, de alguma forma, transgrediram a lei. No texto *Psicologia de grupo e análise do ego*, encontra-se uma síntese dessa tese:

Em 1912 concordei com uma conjectura de Darwin, segundo a qual a forma primitiva da sociedade humana era uma horda governada despoticamente por um macho poderoso. Tentei demonstrar que os destinos dessa horda deixaram traços indestrutíveis na história da descendência humana e, especialmente, que o desenvolvimento do totemismo, que abrange em si os primórdios da religião, da moralidade e da organização social, está ligado ao assassinato do chefe pela violência e à transformação da horda paterna em uma comunidade de irmãos (Freud, 1921/1980, p. 155).

Ademais, Freud (1930/1996), com o texto *O Mal-Estar na Civilização*, também, fez contribuições significativas para os estudos criminológicos. Nesse texto, explora a batalha constante dentro da civilização para controlar as tendências agressivas do ser humano, as quais ele acredita estarem intimamente ligadas à busca por gratificação imediata. Para que a sociedade funcione de maneira eficaz, os indivíduos precisam abdicar de uma parcela significativa de seus desejos imediatos. No entanto, essas renúncias não ocorrem sem consequências. Freud argumenta que os indivíduos internalizam a agressão, que, de outra forma, direcionariam aos outros, desenvolvendo uma autoridade moral dentro de si mesmos chamada “supereu”. Esse supereu pode, em última instância, direcionar essa agressão para o interior, gerando conflitos internos e potencialmente influenciando no percurso do indivíduo ao crime.

Tais pontuações são essenciais para se compreender o papel que Freud, posteriormente, daria para a culpa no curso da ação criminosa. No artigo *Criminosos em consequência de um sentimento de culpa* (Freud, 1916/1974), o criador da Psicanálise apontar um fato bastante interessante: alguns atos relacionados a ações proibidas, em sua execução, acarretam um alívio. O estudo indica que os infratores já sofriam um opressivo sentimento de culpa, consequência do trabalho severo da instância psíquica supereu, mas não conheciam sua origem. Ao praticar uma ação má, essa opressão se atenuava, pois, então, haveria um motivo, que justificasse o sentimento de culpa. Nesse trabalho, Freud inovou ao colocar a culpa não como um sentimento posterior ao crime, mas, na verdade, como causa deste. Dessa forma, o trabalho do psicanalista com os apenados deve ser muito diverso do trabalho de outros profissionais, pois leva em consideração a dinâmica psíquica dos sujeitos (Siqueira, 2015).

Jacques Lacan utiliza a noção de responsabilidade como ponto chave para o tratamento do criminoso. No texto *Introdução teórica às funções da psicanálise em criminologia* (Lacan, 1950/1998), o autor aponta que a busca pela verdade, que se constituiu como objeto da Criminologia, teve dois lados, sendo eles: a verdade do crime em sua face policial e a verdade do criminoso em sua face antropológica.

Por outro lado, não seria a busca da verdade que constitui o objeto da criminologia na ordem das coisas judiciais, e também o que unifica suas duas faces: a verdade do crime em sua face policial, a verdade do criminoso em sua face antropológica? [...] Em que contribuem para essa busca a técnica que norteia nosso diálogo com o sujeito e as noções que nossa experiência definiu em psicologia, eis o problema que constituirá hoje nosso propósito: menos para falar de nossa contribuição ao estudo da delinquência – exposta nos outros relatórios – do que para estabelecer seus limites legítimos, e por certo não para propagar a letra de nossa doutrina sem uma preocupação de método, mas para repensá-la, como nos é recomendado fazer, incessantemente, em função de um novo objeto (Lacan, 1950/1998, p. 127-128).

De acordo com Siqueira (2015), essa distinção feita por Lacan foi essencial para que a Psicanálise pudesse delimitar sua atuação e seu alcance sem entrar na lógica da investigação tal como se propõe a Criminologia. O trabalho do psicanalista no tratamento do criminoso é, primeiramente, se opor à proposição criminológica, produzindo uma modificação na compreensão da relação entre o criminoso e o crime. A partir da noção de responsabilidade, o ato criminoso passa a ser vinculado com fatores inconscientes. Desse modo, é necessário levar em conta como as instâncias psíquicas atuam articuladas em determinados tipos de crime. Nesse viés, pode-se destacar a seguinte afirmação lacaniana no texto *Premissas a todo desenvolvimento possível da criminologia* (1950/2003, p. 128):

A psicanálise amplia o campo das indicações de um tratamento possível do criminoso como tal – evidenciando a existência de crimes que só têm sentido se compreendidos numa estrutura fechada da subjetividade – nominalmente, aquela que exclui o neurótico do reconhecimento autêntico do outro, amortecendo para ele as experiências da luta e da comunicação social, estrutura esta que o deixa atormentado pela raiz truncada da consciência moral que chamamos de supereu, ou, dito de outra maneira, pela profunda ambiguidade do sentimento que isolamos no termo culpa.

A proposição de Lacan não isenta o criminoso. Na verdade, o psicanalista deve convocar o sujeito a falar e a responder por seu ato enquanto, ponto que o tocou naquilo que é mais subjetivo. O trabalho analítico possibilita entender a verdade do ato, o que, por consequência, gera o comprometimento do sujeito com sua responsabilidade frente ao ato criminoso, tomando, por um caminho lógico, a aceitação de um justo castigo. Portanto, o sujeito pode responder pelo seu ato. Isso pode garantir uma retificação em sua posição.

Assim, o que se pretende neste artigo é discutir como, diante das singularidades propostas pela Psicanálise na relação entre o crime e o inconsciente, os psicanalistas têm atuado no trabalho com apenados no contexto dos presídios brasileiros. Além disso, é de interesse refletir se os métodos encontrados adotam o que, para Freud, seria essencial para a prática psicanalítica; ou seja, se eles se apropriam da livre associação como direção para suas práticas dentro das instituições de cumprimento de pena.

2 METODOLOGIA

Buscando alcançar os objetivos propostos, foi adotado, nesta pesquisa, o enfoque qualitativo, uma vez que o interesse foi conhecer, de forma mais aprofundada, as metodologias de trabalho adotadas pelos psicanalistas dentro da prática com apenados. A pesquisa qualitativa exige um estudo amplo do objeto de pesquisa, considerando o contexto em que ele está inserido e as características da sociedade à qual pertence. O tipo de pesquisa utilizado foi a pesquisa bibliográfica, que compreende o levantamento de pesquisas, as quais já trataram do assunto de interesse do estudo. Para Fonseca (2002, p. 32), a pesquisa bibliográfica é feita

[...] a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de *websites*. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto.

O campo de pesquisa eleito para o levantamento de dados consistiu em artigos disponibilizados na plataforma *Google Acadêmico*, a qual foi escolhida por unir uma vasta base de dados formada pelo arcabouço de diferentes bibliotecas e revistas *online* gratuitas. Os descri-

tores utilizados na busca foram “psicanálise” e “detentos”. Optou-se por esse último termo por ser mais utilizado cotidianamente para se falar das pessoas, que estão cumprindo alguma pena (apenados). A partir dessa busca simples, foram encontrados 4.200 resultados, os quais continham as palavras-chave em qualquer parte do texto e não possuíam um período de publicação específico; isto é, artigos mais antigos sobre a temática, também, foram levados em consideração. Os resultados foram classificados por ordem de relevância pela própria plataforma. Dessa forma, optou-se por analisar apenas 760 (relacionados com as 38 primeiras janelas de pesquisa do *Google Acadêmico*) por se considerar que os demais resultados não mais atendiam à proposta da pesquisa.

Posteriormente, os resultados analisados passaram por critérios de inclusão ou descarte. A princípio, foram excluídas as teses e dissertações sobre a temática. Assim, foram incluídos somente os artigos. Em seguida, foram analisados os títulos e só foram considerados aqueles artigos, que, de fato, estivessem relacionados ao tema da Psicanálise com os apenados. Após a eliminação pelos títulos, foram selecionados 95 artigos, os quais tiveram seus resumos lidos. A partir deles, apostou-se na leitura completa de 16 artigos, que se destacaram pela coerência com o estudo pretendido. Por fim, destes, ainda, foram excluídos da pesquisa seis textos, sendo esses estudos, os que focaram, exclusivamente, na teoria e não apresentaram intervenção prática alguma no trabalho com os apenados. A pesquisa, finalmente, teve foco nos dez artigos selecionados.

Tabela 1: Artigos selecionados para análise

Nome do artigo	Ano de publicação	Metodologia usada
Observação Psicanalítica da Relação Mãe-Bebê no Cárcere	2020	Observação
Pais encarcerados: narrativas de presos sobre a experiência da paternidade na prisão	2016	Narrativa Interativa (NI)
Mulheres e filhos encarcerados: uma realidade institucional	2016	Conversação

Mulheres no presídio: uma proposta da psicanálise para a clínica dos grupos	2013	Trabalho em grupo com orientação psicanalítica
O uso de drogas e a prática de delitos: um estudo com os detentos do Presídio Regional de Blumenau	2011	Atendimentos psicológicos
Método APAC: emergência do sujeito no discurso sobre a mulher	2019	Conversa
A leitura literária como revivência e ressignificação subjetiva de um aluno-detento	2013	A leitura como revivência e ressignificação subjetiva de um sujeito
Os sujeitos egressos prisionais e o processo de (re)inserção social	2017	Entrevistas semiestruturadas
A experiência de trabalho da equipe de Psicologia com os recuperandos da APAC Santa Luzia em tempos de distanciamento social	2022	Atendimentos individuais e em grupo, plantão psicológico e trabalho com vídeos durante a pandemia
Subjetividade humana revelada nas tatuagens de pessoas delitivas em cumprimento de pena	2020	Questionário e entrevista semiestruturada

Fonte: elaborada pelas autoras com base nos resultados encontrados na pesquisa.

3 RESULTADOS

A partir do material pesquisado, é possível fazer algumas considerações sobre as metodologias empregadas pelos psicanalistas no trabalho com os apenados no contexto do Brasil. A princípio, porém, torna-se relevante pensar no porquê de terem sido encontrados tão

poucos trabalhos nesse sentido, levando em consideração que as problemáticas dos presídios brasileiros têm sido tão alarmantes na atualidade, principalmente no que se refere à superlotação.

Uma possibilidade plausível diz respeito ao próprio imaginário, que a população brasileira, no geral, tem a respeito dos sujeitos apenados. É extremamente comum que os indivíduos privados de liberdade sejam vistos como pessoas, para as quais não vale a pena os investimentos, que devem ser abandonadas e possam pagar por todos os erros cometidos dentro das instituições prisionais da pior forma possível. No Brasil, recentemente, estava em alta a ideia “bandido bom é bandido morto”. Essa frase, dita pelo então ex-presidente do País, Jair Messias Bolsonaro, reflete a visão que muitos cidadãos têm sobre os condenados. Outra discussão, que costuma estar presente no senso comum, é que “os direitos humanos protegem os bandidos”, a qual não leva em conta que são esses direitos, que garantem a promoção de um Estado democrático de direito em sua dimensão material, uma vez que a defesa deles é um dos parâmetros limitadores para a valoração da dignidade das penas.

Nesse sentido, o artigo *Psicanálise Aplicada ao Sistema Prisional: Entraves e Possibilidades* (Oliveira, Gonçalves e Mendes, 2015, p. 9) aponta:

De acordo com o relatório de pesquisa realizado pelo CFP e pelo CREPOP, na maioria das vezes, o trabalho do psicólogo junto ao detento, dentro do sistema prisional, depende da escolta policial, e dos agentes penitenciários, pois são esses funcionários que os retiram das celas para trazer junto ao psicólogo. E os policiais têm muita resistência com o trabalho do psicólogo, dentro desse contexto, pois acham ‘injusto’ que os detentos tenham um psicólogo para atendê-los, sendo que muitas vezes ele e a família não têm esse ‘privilegio’. Os agentes querem, muitas vezes, o contrário do que a psicologia propõe. Eles querem mesmo é que os presos sofram, e passem por tudo que tiverem que passar, pois, afinal, eles são ‘bandidos’. O trabalho dos agentes é um trabalho realmente ao contrário do que a psicologia quer trazer para esses detentos. Portanto, lidar com os agentes penitenciários, às vezes, pode ser muito mais difícil que lidar com os próprios detentos. Segundo Nascimento *et al.* (2009), em um relatório de pesquisa do CFP, os detentos respeitam muito o serviço da psicologia dentro do sistema prisional.

Sendo essa a ideologia de grande parte da população brasileira, a qual parece estar muito mais interessada em culpabilizar e apagar os sujeitos apenados, não os considerando como parte da massa populacional, que precisa ter, também, suas dignidades humanas respeitadas, é bastante lógico que o trabalho dos psicólogos, no geral, seja dificultado e até mesmo impossibilitado, porque esses profissionais atuam sobre a fundamentação de que ali existem sujeitos, que precisam ser ressocializados. Dessa maneira, não se trabalha com preconceitos ou julgamentos *a priori*. Assim, mesmo sendo de suma importância a presença dos profissionais da Psicologia dentro dos presídios, estes acabam sendo relegados a plano de fundo, pois

seu trabalho pode ser visto como contra-hegemônico em relação ao discurso predominante sobre o tratamento, que deve ser empregado aos apenados. Dessa forma, a invisibilidade do psicólogo dentro do sistema prisional, provavelmente, interfere na quantidade de trabalhos científicos desenvolvidos dentro dessa temática.

Em seguida, outra questão, que, possivelmente, contribuiu, significativamente, para o número reduzido de publicações de trabalhos focados no trabalho dos psicanalistas dentro dos presídios, é que a teoria da própria Psicanálise tende a contrariar, em muito, o trabalho desenvolvido nesses locais. Nesse ponto, os profissionais da Psicanálise são vistos como aqueles, que podem abalar a estrutura fragilmente sustentada, o que os coloca como ameaçadores ao funcionamento vigente. Portanto, poucos profissionais conseguem sustentar um trabalho verdadeiramente analítico em tais condições de desconfiança. De acordo com Lira e Carvalho (2022), na instituição prisional, a disciplina é a chave fundamental para a eficácia do sistema, viabilizando seu enraizamento, que desconsidera o homem enquanto ser de desejo. Desse modo, o psicanalista, interessado não no sujeito da instituição, mas no sujeito do inconsciente, busca atos, que venham “fazer furo nos significantes-mestres” vindos da instituição, colocando-se no lugar de não saber, para que o sujeito tenha possibilidade de buscar novidade para seus desejos. O trabalho dos psicanalistas subverte o sistema ao não aceitar colocar a ordem e a disciplina na frente do que é subjetivo. Por isso, não pode se enquadrar, perfeitamente, naquilo que lhes é imposto constantemente.

Para além, ainda, vale acrescentar que podem existir inúmeros trabalhos, com diferentes metodologias, que jamais chegaram a ser publicados. É possível imaginar várias causas para isso, como, por exemplo, o fato de o meio acadêmico, também, ser um espaço de exclusão, já que as instituições acadêmicas não são neutras e podem refletir e perpetuar a ideologia predominante de determinada sociedade. Além disso, outra hipótese é que alguns psicanalistas prefiram não publicar seus trabalhos: para manter o sigilo dos indivíduos atendidos, por questões éticas ou, ainda, por razões, que tangem a própria segurança dos psicanalistas, que, ao publicarem seus trabalhos, podem, ao mesmo tempo, denunciar o que não vai bem nas instituições e expor, indiretamente, lideranças dos presídios, sejam elas institucionais ou paralelas (no caso de lideranças do crime organizado, que atuam nos presídios brasileiros).

Levando isso em conta, pode-se analisar, mais detalhadamente, as metodologias encontradas na pesquisa. Primeiramente, cabe destacar que, dos dez artigos analisados, foram encontradas seis metodologias, sendo elas: Atendimento Psicológico Individual, Conversação (escuta em grupo), Narrativa Interativa, Leitura como Revivência, Observação e Entrevistas Semiestruturadas. Dentre essas práticas, pode-se dividi-las em dois grupos: trabalhos, que

utilizaram a regra fundamental da Psicanálise de associação livre; e trabalhos, que não a mencionam como sendo essencial para a prática relatada. Cabe trazer, aqui, o que seria associar livremente:

Diga, pois, tudo que lhe passa pela mente. Comporte-se como faria, por exemplo, um passageiro sentado no trem ao lado da janela que descreve para seu vizinho de passeio como cambia a paisagem em sua vista. Por último, nunca se esqueça que prometeu sinceridade absoluta, e nunca omita algo alegando que, por algum motivo, você ache desagradável comunicá-lo (Freud, 1913/1996, p. 73).

Dentre as práticas, que utilizaram a associação livre, primeiramente, vale ressaltar o atendimento clínico individual. Os atendimentos dentro do presídio seguem a metodologia da clínica psicanalítica tradicional, que tem como base a fala e a escuta (livre associação de ideias e atenção flutuante), que acontece a partir das relações transferenciais entre o analisando e o analista. Nesse viés, Siqueira (2015) aborda como as psicanálises freudiana e laciana trouxeram novidades para o tratamento dos sujeitos, que descumpriram a lei. Freud (1916) trabalha com a ideia revolucionária de que o sentimento de culpa pode ser anterior à prática do crime. É ele que leva o sujeito ao crime. Ou seja, a culpa não é, necessariamente, decorrente do ato, como se pensava até então. Tal pensamento é importante para a prática dos psicanalistas com apenados, pois leva em consideração a realidade psíquica, a qual revela a dimensão da verdade, que a culpa impõe ao destino humano. Já Lacan (1950), com a noção de responsabilização, indica que a clínica psicanalítica com apenados pode contribuir, dando caráter de significação para a punição. Tal noção não se restringe apenas a assumir o ato, que lhe é imputado. A responsabilidade implica uma relação com a causa do seu ato; isto é, qual ponto da subjetividade foi tocado e produziu esse ato como resposta. Assim, se Freud faz uma revolução ao descobrir o “obscuro sentimento de culpa”, Lacan faz avançar a articulação entre Psicanálise e Criminologia por considerar a importância da relação entre a culpa e a responsabilização no tratamento do criminoso. Tais ideias parecem ser essenciais para a clínica psicanalítica com apenados.

Vale destacar que, dentro da prática de atendimentos individuais, foram encontradas duas modalidades: o atendimento individual contínuo e o atendimento individual breve. Na segunda modalidade, trata-se de psicanalistas, que ficam de plantão dentro do ambiente prisional, disponíveis para oferecer a escuta para apenados, que queiram conversar brevemente ou que tenham entrado em estado de extrema angústia, necessitando, assim, de acolhimento imediato (Magalhães *et al.*, 2022).

Em seguida, sendo a prática mais citada quando se trata do trabalho dos psicanalistas com os apenados, encontra-se a metodologia da conversação psicanalítica, a qual foi citada três vezes dentro dos dez artigos analisados. Tal método foi elaborado por Jacques-Allain Miller (2003), que partiu da possibilidade de exercício da Psicanálise Aplicada; ou seja, aquela para além da sua vertente puramente clínica. O autor aponta que a Psicanálise em extensão é como um discurso, que fornece condições para a extensão da operação da Psicanálise sobre outros campos do saber, sendo uma forma de apostar na contingência do encontro como um possível gerador de consequências. Segundo Miller (2003, p. 15-16), e sendo a conceituação mais utilizada para falar da metodologia, a conversação é

[...] uma situação de associação livre, se ela é exitosa. A associação livre pode ser coletivizada na medida em que não somos donos dos significantes. Um significante chama outro significante, não sendo tão importante quem o produz em um momento dado. Se confiamos na cadeia de significantes, vários participam do mesmo. Pelo menos é a ficção da conversação: produzir – não uma enunciação coletiva – senão uma associação livre coletiva, da qual esperamos um certo efeito de saber. Quando as coisas me tocam, os significantes de outros me dão ideias, me ajudam e, finalmente, resulta – às vezes – algo novo, um ângulo novo, perspectivas inéditas.

Diante disso, constata-se que a prática da conversação faz parte das que, neste artigo, se consideram como metodologia, que respeita a regra fundamental da Psicanálise da livre associação de ideias. Além disso, a conversação parece ser uma possibilidade muito viável dentro dos presídios, pois o trabalho em grupo permite que um maior número de apenados seja ouvido, expandindo a escuta psicanalítica para além da clínica individual, tendo, também, a proposta de ser um convite ao trabalho coletivo pela dimensão da palavra não apenas no momento da conversação. Nesse viés, Lacadée (1999-2000) destaca o aspecto político da conversação, uma vez que, de acordo com o autor, o dispositivo pode fazer operar “uma prática inédita da palavra”. O que as conversações propõem é “destravar as identificações”. Isto é, no trabalho desenvolvido, a palavra pode mostrar aos sujeitos que ali se encontra aquilo pelo qual estão tomados e, quem sabe, apostar que podem livrar-se do gozo em que estão aprisionados (como exemplo, são comuns essas identificações dos apenados: violento, fracassado e vagabundo entre outras).

Dando continuidade à discussão, outro trabalho prático encontrado no estudo e que parece seguir, mas não imediatamente, a associação livre é o método denominado “Narrativa Interativa”. Nessa prática, o analista inicia uma pequena narrativa, que dá abertura para várias questões subjetivas, e o participante (apenado) deve dar prosseguimento à história. Por essa perspectiva, pode-se dizer que o sujeito associará livremente (mas não imediatamente, já que

a ideia é iniciada pelo analista). Completando a narrativa a partir de pontos, que o tocam, suas vivências e sentidos poderão ser ampliados e ressignificados ao serem expressados de uma forma diferente. Esse método pode ser uma possibilidade de utilizar a Psicanálise na prática com os apenados, pois, ao dar voz aos sujeitos, viabiliza que eles contem suas histórias de diferentes modos, não os fixando em papéis e oportunizando que se responsabilizem por seus atos. É válido ressaltar que, nessa metodologia, pode-se levar em conta o papel transferencial entre participante e analista por que, ao escrever sua narrativa, mesmo que inconscientemente, o participante estará fazendo um discurso para aquele que irá ler, no caso o analista. Assim, é possível que, por meio da escrita, o analisando repita seus afetos, os quais devem ser interpretados pelo analista a partir da transferência (Miranda; Granato, 2016).

Indo nessa direção, outra metodologia adotada por psicanalistas na prática com os apenados e que, também, faz uso da escrita é a denominada “leitura literária como revivência e ressignificação subjetiva” (Lima; Melo, 2013). Esse trabalho parte do mesmo princípio da Narrativa Interativa no que se relaciona a tocar pontos subjetivos importantes dos sujeitos, os quais, a partir disso, podem ressignificá-los. Porém, nessa metodologia, o analista faz a orientação de determinadas leituras aos apenados e, em seguida, analisa, por meio de conversas e resenhas, como aquele sujeito interpreta aquilo que leu. Pode-se questionar se tal método respeita a livre associação, dado que o sujeito participante não terá uma ampla possibilidade de associações, já que sua escrita estará um pouco limitada pela leitura que fez. Entretanto, o artigo “A leitura literária como revivência e ressignificação subjetiva de um aluno-detento” (Lima; Melo, 2013) retrata como a leitura e a escrita possibilitaram que o apenado participante se reposicionasse enquanto sujeito, indo de uma postura infantilizada de criança abandonada para uma posição de adulto, que deseja ser poeta como Vinicius de Moraes. Nesse sentido, pode-se constatar que o trabalho deu um espaço para que ele surgisse enquanto sujeito desejante. Por meio da escrita, o participante pode simbolizar e apaziguar suas angústias. Além disso, outro ponto, que pode ser destacado nesse trabalho, é a possibilidade de interpretação da escrita. Nesse contexto, Irène Fenoglio (2006), estudiosa da relação entre enunciação e psiquismo na França, em suas pesquisas, observa a possibilidade do lapso linguístico, também, na escrita. Amparada na psicanálise freudo-laciana, ela constata diversas situações de escrita em que o lapso ortográfico gera novo sentido, revelando, portanto, uma emersão do sujeito.

Para finalizar, as duas últimas metodologias encontradas na pesquisa não parecem fazer uso da livre associação. Assim, apesar de serem práticas utilizadas pelos psicanalistas, não parecem se caracterizar como pensadas e trabalhadas do ponto de vista do inconsciente.

Tais metodologias correspondem à observação e à entrevista. O primeiro se trata do método psicanalítico de observação criado por Esther Bick, elaborado por ela com o objetivo de avaliar alunos de Psicologia no curso de formação de psicoterapeutas infantis na Clínica Tavistock, em Londres, no ano de 1948. Apesar de, inicialmente, ser usada como avaliação, a prática de observação foi descrita como psicanálise aplicada, pois o lugar do observador seria o mesmo lugar do psicanalista e se baseia nos mesmos pressupostos (Santos; Silva; Pedroso, 2020). Tal metodologia investiga o desenvolvimento infantil a partir de uma experiência participativa e reflexiva desde o nascimento até os 24 meses de idade, fase que, de acordo com a autora, seria decisiva na formação do psiquismo. Com relação à dimensão técnica, a frequência indicada seria de uma visita semanal à casa da criança, com duração de uma hora de observação, no primeiro ano e uma visita quinzenal no segundo ano (Bick, 1964). Além disso, o pesquisador deve partir de um lugar onde nada sabe, devendo se distanciar de teorias e de conceitos prévios, e apenas observar o que ocorrer sem alterar o contexto de movimentos, cuidados e sons direcionados àquele bebê no seu cenário natural; ou seja, apenas acompanhar a rotina da díade (Lemos; Silva; Pedroso, 2019). Tal método, apesar de ser um trabalho prático, pois envolve visitas frequentes do psicanalista ao ambiente em que se encontra a díade (seja no presídio ou outro espaço), não parece propor uma intervenção com os sujeitos, sendo, portanto, uma metodologia interessante apenas para a pesquisa, a qual pode contribuir, posteriormente, com novas formas de se pensar o trabalho com os apenados.

Por fim, a última metodologia identificada foi a de entrevista semiestruturada com subsequente utilização do método interpretativo da Psicanálise. O uso da prática tinha objetivos específicos: entender as vivências dos egressos prisionais e o processo de reinserção social (Santos; Silva, 2017) e compreender o significado subjetivo das tatuagens dos apenados (Fonseca; Gonçalves, 2020). Embora, nitidamente, a prática tenha seu valor enquanto pesquisa, pois ajuda o pesquisador a entender questões específicas dos indivíduos, não contribui para o aparecimento do sujeito subjetivo, já que os entrevistados não terão liberdade de associar livremente. Nas entrevistas, a direção está nas perguntas, e não naquilo que surge a partir do que o sujeito diz. Assim, tal metodologia, apesar de, também, ter sido lida como trabalho prático, uma vez que envolveu o contato direto entre psicanalistas e egressos do sistema prisional, é um método que parece ser vantajoso apenas no âmbito da pesquisa, porque, novamente, não apresenta uma intervenção direta com os participantes, gerando benefícios somente no *a posteriori*.

Um adendo, que, ainda, se pode fazer às metodologias encontradas é um trabalho inédito desenvolvido por estudantes de Psicologia com orientação psicanalítica durante o período

de pandemia da Covid-19. Trata-se de uma invenção, que foi feita para dar prosseguimento ao trabalho de um projeto de extensão, o qual ocorria, presencialmente, dentro da unidade da Associação de Proteção e Assistência ao Condenado (APAC) de Santa Luzia. Anteriormente à pandemia, o projeto oferecia atendimentos individuais e em grupo aos apenados. Porém, em razão da obrigatoriedade do isolamento social, para evitar a disseminação do vírus, os extensionistas desenvolveram um método para manter o vínculo transferencial, que tinham criado com os apenados anteriormente ao distanciamento. A metodologia de trabalho, que criaram, foi planejada para “manter uma perspectiva que pudesse preservar a palavra que circula entre os extensionistas e os recuperandos, mesmo a distância” (Magalhães *et al.*, 2022, p. 201). Optaram por criar um projeto, que girava em torno da Psicanálise e da Arte. Assim, os extensionistas criaram alguns áudios visuais, que incitasse os indivíduos a se posicionarem em relação a ele e que os motivasse a enviar para a equipe suas observações e inquietações por escrito. De acordo com os autores, a ideia foi:

[...] aproximar a linguagem da Psicologia / da Psicanálise à artística, de forma que o material pudesse provocar os recuperandos, tomados como sujeitos (nas várias acepções desse termo), a responder a partir do jogo significativo que a linguagem poética cria na articulação das palavras em um poema, na articulação de imagens e na combinação entre elas (Magalhães *et al.*, 2022, p. 201).

Ao final do artigo, os autores se posicionaram no sentido de que, embora a metodologia realizada durante a pandemia tenha sido importante para, de alguma forma, continuar possibilitando uma troca entre extensionistas e os detentos, de maneira alguma substituiu a relevância do contato direto e presencial. Sendo assim, a metodologia foi apenas uma possibilidade de contornar uma realidade, que se impôs.

É válido ressaltar, ainda, que, dos dez artigos analisados, apenas um texto apresentou uma proposta de trabalho, que não envolvia apenas os apenados, mas também os funcionários da instituição. O artigo de Ferrari e Fam (2016) propôs uma metodologia, que envolvia duas conversações: uma para as detentas e outra para os funcionários. Por meio da análise das autoras, foi possível perceber que oferecer escuta para todos os envolvidos com a instituição foi uma boa aposta para fazer avançar alguns impasses e entraves institucionais percebidos por ambos os grupos. Nesse sentido, cabe refletir melhor a respeito da relevância do trabalho dos psicanalistas não apenas com os apenados, como também com as próprias instituições prisionais. Poderia ser um grande avanço levar a escuta psicanalítica para além das demandas individuais dos apenados. Afinal, o que a Psicanálise propõe é que o mal-estar não seja apenas ouvido, mas também posto a trabalho, para que novas possibilidades sejam criadas.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dado o exposto, é possível constatar que, embora tenham sido encontradas poucas metodologias utilizadas por psicanalistas no trabalho com os apenados, problemática discutida ao longo do texto, essas práticas correspondem a um rico material e podem vir a ser utilizadas como orientação por outros analistas dentro das instituições. A Psicanálise tem muito a acrescentar no panorama carcerário, tendo em vista que seu propósito não é somente privar a liberdade dos indivíduos por um determinado tempo, mas sim usar esse tempo para a preparação de um novo convívio em sociedade. Nesse cenário, as práticas aqui descritas podem ser vistas como possibilidades de elaborações particulares dos indivíduos, que cumprem suas penas, e, também, permitem que o mal-estar coletivo percebido nas instituições possa avançar por meio de manejos inéditos.

Todavia, para finalizar o presente artigo, pode-se abrir a discussão, diante das práticas encontradas e pensando nas especificidades da Psicanálise no que tange à sua compreensão entre o crime e os aspectos inconscientes que o envolvem, quais seriam as características imprescindíveis para se falar em uma metodologia propriamente psicanalítica? Para responder a essa questão, pode ser relevante retornar algumas indicações freudianas para o trabalho psicanalítico, as quais são encontradas no texto *Recomendações ao médico para o tratamento psicanalítico* (Freud, 1912/2021). Por meio desse trabalho, Freud discorre a partir da sua própria experiência clínica adquirida ao longo de anos observações, o que, para ele, seria importante para aqueles, que iniciam a prática da Psicanálise. Entretanto, é essencial destacar que não se trata de regras rígidas, já que o próprio pai da Psicanálise sinaliza ser uma prescrição que “[...] resultou como a única adequada para mim, como indivíduo; não ousou questionar que outra personalidade médica, de constituição totalmente diferente, possa se ver impelida a privilegiar outra postura [...]” (Freud, 1912/2021, p. 60). Dessa forma, é evidente que, apesar de as indicações freudianas desse texto sinalizarem um caminho para se pensar uma metodologia que seja de fato psicanalítica, elas jamais podem encerrar a discussão, pois, como o próprio Freud destaca, elas são fruto da sua experiência pessoal como analista e caberá a cada analista encontrar a sua forma de atuação. Além disso, obviamente, as recomendações freudianas nesse texto não levaram em consideração o contexto específico do qual se trata este artigo; ou seja, a prática psicanalítica em instituições prisionais.

Dando prosseguimento, a primeira indicação de Freud diz respeito ao que seria o paralelo da associação livre, regra fundamental da Psicanálise, que o analista implica ao analisando

do. Trata-se da “atenção equiflutuante”, a qual requer que o psicanalista não fique fixado em algum ponto específico do que foi dito pelo analisando. Assim, Freud (1912/2021, p. 61) ressalta:

Se um médico se comportar de forma diferente, em grande parte ele destruirá o ganho que resulta da obediência à ‘regra psicanalítica fundamental’ por parte do paciente. A regra para o médico pode ser formulada da seguinte maneira: mantenha todas as influências conscientes longe de sua capacidade de memorização e se entregue completamente à sua ‘memória inconsciente’, ou, dito de maneira puramente técnica: ouça o que lhe dizem e não se preocupe se vai se lembrar de algo ou não.

Essa recomendação parece ser valiosa ao se pensar no método psicanalítico no trabalho com os apenados, uma vez que diz de uma postura de abertura e livre de julgamento do psicanalista diante do sujeito que fala. Seria desastroso para a prática, por exemplo, um analista, que, ao oferecer sua escuta, estivesse, intencionalmente, com a expectativa de ouvir do apenado somente pontos, que se relacionassem, de alguma forma, com o seu ato criminoso ou que direcionasse o trabalho para o que ele julga ser o melhor para aquele que está sendo escutado, não respeitando a abstinência do analista.

Uma indicação posterior corresponde à análise pessoal do analista, que se propõe a escutar. A fim de que ele não coloque no trabalho suas próprias resistências, é preciso que o analista as conheça e não as coloque na frente daquilo que é falado pelo analisando. Assim, Freud (1912/2021, p. 64) disserta: “Cada recalque não resolvido do médico corresponde, de acordo com uma expressão precisa de Wilhelm Stekel, a um ‘ponto cego’ em sua percepção analítica”. Nesse sentido, pode-se problematizar se os psicanalistas, que se propõem a ir trabalhar dentro das instituições prisionais, têm investido nas suas análises pessoais, para que, assim, sejam capazes de melhor ouvir sem colocar seus “complexos próprios, adequados para atrapalhá-lo na absorção daquilo que lhe é apresentado pelo analisando” (Freud, 1912/2021, p. 64).

Mais adiante, Freud (1912/2021) faz recomendações quanto à relação entre analista e analisando, apontando que uma postura de maior intimidade entre esse par pode dificultar o andamento do tratamento, principalmente no que se refere ao manejo transferencial. Dessa forma, recomenda: “O médico precisa ser opaco para o analisando e, assim como uma superfície espelhada, não deve mostrar nada além daquilo que lhe é mostrado” (Freud, 1912/2021, p. 65). Nesse mesmo viés, o criador da Psicanálise, ainda, faz o seguinte direcionamento:

No entanto, não há praticamente nada a criticar quando um psicoterapeuta mistura uma parte de análise com uma porção de influência por sugestão, para alcançar re-

sultados visíveis em um espaço mais curto, tal como se torna necessário em instituições; mas podemos exigir que ele próprio não tenha dúvidas sobre o que está fazendo e que saiba que o seu método não é aquele da autêntica Psicanálise (Freud, 1912/2021, p. 65-66).

Esse breve comentário de Freud parece ser especialmente interessante de ser abordado no presente artigo, pois se direciona, diretamente, ao trabalho dentro de instituições. O pai da Psicanálise parece fazer uma espécie de advertência, dizendo que, no trabalho terapêutico, ao se esperarem resultados em um espaço curto de tempo e fazendo uso de sugestão, o método já não poderia ser considerado psicanalítico. Infere-se, com isso, que, em uma metodologia própria da Psicanálise, o analista não deve esperar resultados rápidos e nunca deve fazer uso da sugestão. Nesse viés, ao analisar uma metodologia dita psicanalítica, observar esses princípios pode se revelar fundamental.

Por fim, uma última recomendação freudiana está ligada ao uso da cooperação intelectual do analisando no tratamento. Freud (1912/2021, p. 66) diz que “é incorreto dar tarefas ao analisando, tais como reunir as suas lembranças, meditar sobre um determinado período de sua vida e tarefas assemelhadas”. O mestre da Psicanálise argumenta que os mistérios da neurose só serão resolvidos por meio da regra psicanalítica, ou seja, a livre associação, “que estipula o desligamento da crítica ao inconsciente e seus derivados” (Freud, 1912/2021, p. 67). Dessa forma, é improdutivo tentar resolver as questões neuróticas pela via da intelectualidade. Porém, Freud (1912/2021, p. 67), ainda, faz uma ressalva: “Mas entendo que sob as condições de uma internação em uma instituição pode ser vantajoso usar a leitura para preparar os analisandos e para estabelecer um clima de influência”. Refletir sobre essa indicação freudiana pode ser imprescindível para o trabalho psicanalítico com os apenados, tendo em vista que algumas metodologias encontradas têm como foco a escrita. É relevante problematizar o método, para que ele não seja apenas mais uma tarefa a ser cumprida pelo detento, mas sim uma possibilidade de direcionamento e abertura para um trabalho posterior.

Pode-se inferir que a clínica psicanalítica é aberta a diversas formas de trabalho, que podem ser inventadas por cada analista, que se dispõe a escutar. No entanto, não se deve renunciar a sua regra fundamental, associação livre de ideias existem recomendações, que podem ser relevantes para se falar de uma metodologia propriamente psicanalítica, mesmo que essas indicações tenham que ser adaptadas para os diferentes contextos, como, por exemplo, no trabalho dentro das instituições. É interessante que ao menos se reflita sobre elas ao propor uma nova prática.

Outra consideração primordial a se fazer a partir do material estudado é que, se a escuta psicanalítica visa ao reposicionamento subjetivo, quando ocorre em uma instituição, esta, também, precisa ser escutada. Ou seja, a escuta deve envolver, de algum modo, todos os atores institucionais, a fim de que a instituição, também, possa escutar e se reposicionar frente aos seus retornos sintomáticos.

Os trabalhos analisados neste estudo permitiram avançar em relação à prática psicanalítica no contexto prisional, pois possibilitaram a formulação de questões, que, como numa análise, talvez, possam iniciar um verdadeiro trabalho analítico, o qual permite avanços nas posições fixas, que geram mal-estar, para além das repetições subjetivas e sociais.

REFERÊNCIAS

BICK, E. Notes on infant observation in psychoanalytic training. *International Journal of Psychoanalysis*, v. 45, p. 558-566, 1964.

CAMARGO, V. da C. Realidade do Sistema Prisional. 2006. Disponível em: <http://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/2971/Realidadedosistema-prisional> . Acesso em: 1 ago. 2023.

FENOGLIO, I. Les événements d'énonciation graphique. Item (Online), 2006. Disponível em: <http://www.item.ens.fr/index.php?id=13752> . Acesso em: 4 ago. 2023.

FERRARI, I. F.; FAM, B. M. Mulheres e filhos encarcerados: uma realidade institucional. *Estud. Pesqui. Psicol.*, Rio de Janeiro, v. 16, n. esp., p. 1153-1169, dez. 2016. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812016000400006&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 15 fev. 2024.

FONSECA., G. G. de; GONÇALVES, B. S. Subjetividade humana revelada nas tatuagens de pessoas delitivas em cumprimento de pena. *Psicologia e Saúde em Debate*, v. 6, n. 1, p. 16-34, 16 jul. 2020. <https://doi.org/10.22289/2446-922X.V6N1A2>. Acesso em: 4 ago. 2023.

FONSECA, J. J. S. Metodologia da pesquisa científica. Fortaleza: UEC, 2002. (Apostila).

FREUD, S. Alguns tipos de caráter encontrados no trabalho psicanalítico: criminosos em consequência de um sentimento de culpa. In: FREUD, S. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1974. v. 14, p. 325-350. (Trabalho original publicado em 1916).

FREUD, S. Sobre o início do tratamento (Novas recomendações a técnica da psicanálise). In: FREUD, S. O caso Schereber, Artigos sobre a Técnica e outros trabalhos. Rio de Janeiro: Imago, 1996. v. 12, p. 65-78. (Trabalho original publicado em 1913).

FREUD, S. Totem e Tabu. In: FREUD, S. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1974. v. 13, p. 13-169. (Trabalho original publicado em 1913).

FREUD, S. O Mal-Estar na Civilização. In: FREUD, S. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1996. v. 21, p. 67-151. (Trabalho original publicado em 1930).

FREUD, S. Psicologia de grupo e análise do ego. In: FREUD, S. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1980. v. 18, p. 89-182. (Trabalho original publicado em 1921).

FREUD, S. Recomendações ao médico para o tratamento psicanalítico. In: IANNINI, G.; TAVARES, P. H. (Org.). Obras Incompletas de Sigmund Freud: Fundamentos da clínica psicanalítica. Belo Horizonte: Autêntica, 2021. p. 93-106. (Trabalho original publicado em 1912).

LACADÉE, P. De la norme de la conservation au détail de la conversation. In: LACADÉE, P.; MONNIER, F. Le Pari de La Conversation. Paris: Institut Du Champ Freudien: Centre Interdisciplinaire sur l'Enfant (CIEN), 1999/2000. (Brochure).

LACAN, J. Introdução teórica às funções da psicanálise em criminologia. In: LACAN, J. Escritos. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1998. p. 125-151. (Trabalho original publicado em 1950).

LACAN, J. Premissas a todo desenvolvimento possível da criminologia. In: LACAN, J. Outros escritos. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2003. p. 127-131. (Trabalho original publicado em 1950).

LEMO, E. de J. S.; SILVA, C. V.; PEDROSO, J. da S. Observing the emotional development of a baby at home and in a nursery using Ester Bick's infant observation method. *Early Child Development and Care*, v. 189, p. 1-10, 2019. DOI: 10.1080/03004430.2019.1625895

LIMA, S. O.; MELO, H. F. de. A leitura literária como revivência e ressignificação subjetiva de um aluno-detento. *Revista Conexão UEPG, Universidade Estadual de Ponta Grossa Ponta Grossa*, v. 9, n. 2, p. 312-323, 2013. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=514151730014>. Acesso em: 3 jan. 2024.

LIRA, P. O.; CARVALHO, G. M. M. de. A lógica do discurso penitenciário e sua repercussão na constituição do sujeito. *Psicol. Cienc. Prof.* [online], v. 22, n. 3, p. 20-31, 2022. ISSN 1414-9893. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-98932002000300005>

MAGALHÃES, A. V. et al. A experiência de trabalho da equipe de Psicologia com os recuperandos da APAC Santa Luzia em tempos de distanciamento social. *Conecte-se! Revista Interdisciplinar de Extensão*, v. 6, n. 11, p. 198-208, 2022. Disponível em: <https://periodicos.pucminas.br/index.php/conecte-se/article/view/27471/19750>. Acesso em: 9 jan. 2024.

MILLER, J.-A. Problemas de pareja: cinco modelos. In: MILLER, J.-A. et. al. *La pareja y el amor: conversaciones clínicas con Jacques-Alain Miller en Barcelona*. Buenos Aires: Zahar, 2003. p. 15-20.

MIRABETE, J. F. Execução penal. 11. ed. rev. e atual. São Paulo: Atlas, 2008.

MIRANDA, M. L. A.; GRANATO, T. M. M. Pais encarcerados: narrativas de presos sobre a experiência da paternidade na prisão. *Psico*, Porto Alegre, v. 47, n. 4, p. 309-318, 2016. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-53712016000400007&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 3 jan. 2024.

OLIVEIRA, G. C. de; GONÇALVES, C. M.; MENDES, P. G. Psicanálise Aplicada ao Sistema Prisional: Entraves e Possibilidades. *Psicologia.pet* [online], 2015. ISSN 1646-6977. Disponível em: <https://www.psicologia.pt/artigos/textos/A0856.pdf>. Acesso em: ago. 2023.

SANTOS, A. C. S. L. dos; SILVA, L. S.; PEDROSO, J. da S. Observação Psicanalítica da Relação Mãe-Bebê no Cárcere. *Revista Subjetividades*, [S. l.], v. 20, n. 1, p. 16 abr. 2020. 2020. DOI: 10.5020/23590777.rs.v20i1.e8856. Disponível em: <https://ojs.unifor.br/rmes/article/view/e8856>. Acesso em: 3 jan. 2024.

SANTOS, T. M. dos; SILVA, L. C. A. da. Os sujeitos egressos prisionais e o processo de (re)inserção social. *Psicol. Rev.*, Belo Horizonte, v. 23, n. 3, p. 975-993, dez. 2017. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-11682017000300012&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 19 fev. 2024.

SIQUEIRA, F. G. Da culpa em Freud à responsabilidade em Lacan: paradigmas para uma articulação entre psicanálise e criminologia. *Psicol. Rev.*, Belo Horizonte, v. 21, n. 1, p. 141-157, jan. 2015. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-11682015000100010&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 6 ago. 2023.